

## TCU darÃ; 30 dias para governo corrigir “bÃ´nus de eficiÃªncia”

O Tribunal de Contas da UniÃ£o vai dar 30 dias para o governo regulamentar a compensaÃ§Ã£o financeira pelo pagamento do "bÃ´nus de eficiÃªncia" a auditores fiscais. Conforme pessoas prÃ³ximas ao assunto adiantaram Ã ConJur, caso o governo nÃ£o apresente as medidas compensatÃ³rias, descritas na Lei de Responsabilidade Fiscal, o bÃ´nus nÃ£o poderÃ¡ ser pago.

mandar o governo parar de pagar "bÃ´nus de eficiÃªncia" a auditores fiscais enquanto nÃ£o adequar o pagamento da verba Ã Lei de Responsabilidade Fiscal. A suspensÃ£o, que deve ser aplicada nesta quarta-feira (7/8), conforme pessoas envolvidas no assunto disseram Ã **ConJur**, vai valer por 30 dias. Nesse perÃ­odo, o governo vai ter de apresentar ao TCU as medidas compensatÃ³rias pela renÃºncia de receitas representada pelo pagamento do bÃ´nus aos auditores, conforme manda o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

TCU



TCU TCU vai mandar governo parar de pagar "bÃ´nus de eficiÃªncia" enquanto nÃ£o regulamentar compensaÃ§Ã£o pela renÃºncia de receita nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal

A discussÃ£o estÃ¡ na pauta desta quarta do TCU, sob relatoria do ministro Bruno Dantas. Em seu voto, o ministro afirma que o bÃ´nus criou "despesa obrigatÃ³ria de carÃ¡ter contÃ­nuo", que deveria ser compensada pelo aumento da receita ou reduÃ§Ã£o da despesa da UniÃ£o. Ã o que mandam os artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, aponta o ministro.

O TCU deve aplicar nesta terÃ§a o parÃ¡grafo 2º do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal: sem as medidas compensatÃ³rias pela renÃºncia de receita e pela despesa com o bÃ´nus, a verba nÃ£o poderÃ¡ mais ser paga.

Ã que o bÃ´nus, apesar do nome, nÃ£o tem relaÃ§Ã£o com a eficiÃªncia nem com a produtividade dos auditores. Ele Ã© pago a partir de um fundo constituÃ­do pelas multas aplicadas a contribuintes. Portanto, Ã© um bÃ´nus pago com dinheiro arrecadado com puniÃ§Ãµes. Mas em vez de a verba ir para a UniÃ£o, vai para os auditores fiscais da Receita Federal.



A decisão do TCU não vai pegar o governo de surpresa. Esta semana, o Ministério da Economia [encaminhou nota técnica](#) ao TCU informando que pretende regulamentar o bônus – mais de três anos depois de sua criação. Na nota, o Ministério reconhece que o governo está prestes a cometer um crime de responsabilidade. Uma das medidas, conforme a nota do governo, é de fato criar um índice para medir a produtividade dos auditores.

A nota da Economia também não apresenta novidades ao TCU. [Reportagem](#) da **ConJur** publicada em fevereiro de 2017 mostrou que o governo sempre soube das ilegalidades do bônus de eficiência. Em parecer técnico de julho de 2016, antes, portanto, de o governo propor ao Congresso a criação do bônus, o Ministério do Planejamento reconheceu que a verba tem caráter de renúncia fiscal, mas que nunca foi feita a previsão orçamentária, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal.